

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**Processo Digital nº: **0005954-22.2016.8.26.0566**Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**Requerente: **ERIKA DRYs CENTRO OFTALMOLOGICO LTDA**Requerido: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Prioridade Idoso

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao crédito promovida por **ERIKA DRYs CENTRO OFTALMOLOGICO LTDA – EPP (CEO – Centro de Excelência em Oftalmologia)**. Assevera que foi inscrito um crédito a seu favor no montante de R\$ 6.000,00; bem como que consta à fl. 259 a existência de uma ação judicial na qual cobra das recuperandas o valor de R\$ 30.000,00 (processo nº 2013.03.1.011389-5 – 2ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Ceilândia/DF). Com efeito, informa que foi realizado acordo nos autos mencionados, porém não foi paga a última parcela, que deve ser acrescida ao débito, perfazendo o total de R\$ 8.176,98.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 03/10.

A requerente juntou certidão de crédito expedida pela TJ/DFT, no valor de R\$ 9.943,53 (fls. 15/16).

O Administrador Judicial se manifestou às fls. 26/28, alegando que não houve manifestação tempestiva no tocante à juntada do crédito, aceites, cópia da sentença homologatória e cópia da petição informando o descumprimento do acordo.

Às fls. 29/34 o Administrador Judicial informou que há concordância das recuperandas, requerendo a extinção.

Intimada a se manifestar, a requerente deixou o prazo transcorrer em branco (fl. 38).

O Ministério Público não se opôs ao pedido (fl. 42).

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Compulsando os autos, não vislumbro razão para a inclusão do crédito ora postulado pela requerente.

Isso porque à fl. 1870 dos autos da recuperação judicial já consta o crédito, no mesmo valor ora pleiteado, corretamente ajustado pelo Administrador Judicial.

Portanto, não há interesse processual no deslinde, uma vez que a inclusão do exato crédito já foi feita.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, **EXTINGO** o feito, sem exame do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Sem custas e honorários, por se tratar de mero incidente.

Cientifique-se o representante do MP.

P.R.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito

(assinado digitalmente)

São Carlos, 12 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**